

**ATA DA 63ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

DATA: 22 e 23/06/2004

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (sih@integracao.gov.br)
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ademar Passos Veiga (veiga@ana.gov.br)
Ministério de Minas e Energia: (ausência)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos (adriana.ramos@igam.mg.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: (ausência)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Marcelo Roberto Rocha de Carvalho (mrrcarv@furnas.gov.br)
Indústrias: Patrícia Helena Gambogi Boson (tita@net.em.com.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Neiva Coelho (neiva.coelho@ctbctelecom.com.br)
Comitês: Carlos Eduardo Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)
Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete José Tokarski (donizete@ecodata.com.br)
Organizações não governamentais: Nelson Luiz Wendel (nelsonwendel@estadao.com.br)
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: (ausência)

CONVIDADOS:

Anna Flavia de Senna Franco – ANA (annaflavia@ana.gov.br)
Carolina Façanha Wendel – USP (carolwendel@hotmail.com)
Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
Eliomar Wesley da Fonseca Rios – ANA (erios@ana.gov.br)
Felicíssimo Pereira Marques Neto – ABRAGE-CEMIG (feliciss@cenig.com.br)
Flavia Gomes de Barros – ANA (flavia.barros@ana.gov.br)
Gisela Damm Forattini – ANA (gisela@ana.gov.br)
Jairo dos Santos Lousa – CNA (jairolousa@yahoo.com.br)
João Gilberto Lotufo Conejo – ANA (jglotufu@ana.gov.br)
João Mário Martins – ANEEL (jmario@aneel.gov.br)
Joaquim Gondim – ANA (joaquim@ana.gov.br)
José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc-tenorio@uol.com.br)
Maria Aparecida Pimentel Vargas – CEHIPOM/CFLCL (vargasma@terra.com.br)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Maria Luiza Werneck – CNI (mwerneck@cni.org.br)
Maurício Andrés – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)
Milton C. Lima – ANA (milton.lima@ana.gov.br)
Patrick T. Thomas – ANA (patrick@ana.gov.br)
Paulo Varela – ANA (paulovarella@ana.gov.br)
Pedro Carlos Pociotti – ANA (pedro@ana.gov.br)
Reginaldo Pereira Miguel – ANA (reginaldo@ana.gov.br)
Suelma Rosa dos Santos – ABC/MRE (suelma@mre.gov.br)
Valdemar Santos Guimarães – ANA (valdemar@ana.gov.br)
Valter Otaviano Jr. – AGU/MMA (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)
Victor Sucupira – ANA (victorsucupira@ana.gov.br)
Vorgínia V. Rodrigues Medeiros – ANA (virgina@ana.gov.br)

RELATOR:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 22/06/2004

Início: 9h35

Término: 19h20

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois de junho de 2004, no auditório do 3º andar do Edifício Palácio da Agricultura, situado no SBN, quadra 1, bloco F, Brasília/DF, iniciou-se a 63ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Ressaltou que a reunião foi

convocada especificamente para tratar do item 4 da pauta da 62ª reunião, qual seja: análise das prioridades de aplicação, para o ano de 2005, dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, em atendimento ao art. 2º da Resolução CNRH nº 35, de 2003. Destacou a qualidade dos documentos encaminhados pela ANA, em atendimento ao citado artigo, e sua importância para os trabalhos pretendidos. Relatou que todos os comitês de bacias de rios de domínio da União haviam atendido à solicitação encaminhada pela Secretaria Executiva, com exceção do CEIVAP. Disse que esta reunião seria composta por duas atividades básicas: discussão das prioridades de aplicação para os recursos da cobrança e formatação do texto da resolução. Noticiou que, no período relativamente curto entre esta e a 62ª reunião da CTIL, a Secretaria Executiva havia elaborado uma minuta de resolução para fomentar o início dos debates (**Anexo II**), trazendo consolidadas, inclusive, outras contribuições recebidas. Em seguida, propôs que este período da manhã fosse reservado para debates específicos sobre as prioridades de aplicação encaminhadas pela ANA, uma vez que todas as suas superintendências se encontravam representadas. Solicitou então a apresentação dos presentes. Em prosseguimento, externou agradecimento à CNA pela cessão de suas instalações para a realização desta reunião. Iniciando os trabalhos do dia, passou a palavra à Sra. Anna Flavia Franco (ANA). A Sra. Anna Flavia Franco (ANA) demonstrou a intenção de prestar esclarecimentos considerados relevantes para o entendimento do documento apresentado pela ANA (**Anexo III**). Disse que a ANA dispõe atualmente de duas fontes, com classificações orçamentárias distintas, para os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos: a 116, que abriga os recursos provenientes da cobrança efetuada na própria bacia, por decisão do seu respectivo comitê; e a 134, para os recursos oriundos do setor hidrelétrico, criada fundamentalmente para a implementação do SINGREH, sendo aferida dentro do orçamento da ANA, não prevendo diferenciação entre recursos da compensação e da cobrança. Relatou que 78% das atividades finalísticas da ANA são atendidas com recursos dessa última fonte. Em seguida, discorreu sobre o quadro apresentado em anexo à minuta de proposta de resolução encaminhada pela Secretaria Executiva, esclarecendo que a primeira coluna de valores do quadro trazia os recursos previstos no PPA 2004/2007, exercício de 2005, e que a segunda procurava atender às demandas da ANA, conforme debatido na 62ª reunião da CTIL. Indicou a importância de um trabalho para o crescimento proporcional do orçamento em relação às receitas tanto da ANA quanto do MMA, como forma de evitar distorções na distribuição. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) abriu para comentários. Disse que a apresentação havia reforçado a necessidade de se rediscutir a distribuição dos 7,5% destinados ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades do SINGREH. Solicitou que, nos debates, fosse mantido o foco nas prioridades de aplicação dos recursos da cobrança. Ressaltou que, pela exigüidade do tempo, não havia sido possível promover a compatibilização entre as prioridades encaminhadas pela ANA e as dos Comitês. Para o próximo ano, registrou, os tempos deverão ser mais bem distribuídos de forma a permiti-lo. Para este momento atual, opinou, esta articulação poderia ser solicitada em fase posterior. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) ressaltou a particularidade do SINGREH de permitir o debate sobre as prioridades de aplicação de recursos da cobrança com a participação de todos os atores envolvidos. Opinou que a proposta de resolução não deveria tratar de percentuais, tampouco de valores. Fez crítica à alocação de recursos oriundos das fontes 116 e 134, supracitadas, para manutenção da rede hidrometeorológica. Disse ainda que a meta deveria ser a retirada das fontes 116 e 134 da lógica orçamentária de governo, incluída a adoção de estratégia política para evitar o contingenciamento dos seus valores. Fez alerta relacionado a possíveis emendas parlamentares ao PL do PPA 2005, que poderiam enfraquecer as prioridades estabelecidas no âmbito do CNRH e conseqüentemente o papel dos próprios comitês. Finalizando, se mostrou favorável à alocação de parte dos recursos advindos dos 7,5% destinados ao custeio do SINGREH para dar melhores condições à SRH/MMA no exercício da sua atribuição de Secretaria Executiva do CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou a importância da rede hidrometeorológica e informou que o tema será motivo de debate na reunião da CTAP prevista para o início do mês de julho. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) indicou que os recursos da cobrança ao setor hidrelétrico deveriam ser integralmente destinados ao SINGREH. Afirmou que, a despeito do contingenciamento, esses recursos permanecem vinculados, sendo considerados como superávit. Opinou que, dessa forma, a programação das prioridades deveria ser acrescida dos superávits de exercícios anteriores. Finalizou manifestando sua discordância com a inclusão de ações tipicamente custeadas pelo tesouro entre as previstas para os recursos da cobrança. O Sr. Ednaldo Carvalho (SRH/MMA) informou que a CTCOB havia encaminhado ofício a esta CTIL trazendo

recomendações advindas da análise efetuada no seu âmbito. Em seguida, leu o ofício (**Anexo IV**). A Sra. Anna Flavia Franco (ANA) retomou a palavra para prestar esclarecimentos sobre as questões levantadas. Solicitou registro que a segunda coluna de valores do quadro anexo à proposta de resolução foi elaborada em atendimento à solicitação da CTIL, não refletindo, por absoluta falta de tempo, a posição da ANA. Disse que essa resolução do CNRH contendo a definição das prioridades deveria ser encaminhada ao Ministério do Planejamento, assim como ao Congresso Nacional. O Sr. Eliomar Rios (ANA), referindo-se às colocações do Sr. Jessé Costa (CERH-SE), indicou a possibilidade de abertura de crédito suplementar em exercício posterior, com recursos não utilizados, mas que, entretanto, apesar de solicitado pela ANA, não havia sido concedido com base na meta de superávit fiscal pretendida pelo governo. Informou que os valores contingenciados ficam indisponíveis, sendo os saldos posteriormente confiscados, por Medida Provisória, para cobrir o saldo do superávit primário. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL) disse que o ofício encaminhado pelo CEHIPOM em atendimento ao art. 2º da Resolução CNRH nº 35 evidenciava claramente a postura adotada pelo Comitê de buscar seu fortalecimento no âmbito do CEIVAP, uma vez que o Comitê não tem apoio do Governo Federal para suas atividades, não obtendo, inclusive, resposta aos ofícios encaminhados à ANA. O Sr. Ademar Veiga (ANA) se comprometeu a verificar os fatos relatados pela Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL) e trazer posicionamentos para a próxima reunião da CTIL. Para tanto, solicitou à mesma que enviasse por fax as citadas correspondências encaminhadas anteriormente. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) disse que as questões tratadas têm um cunho eminentemente político, cabendo ao CNRH encabeça-las pelo seu caráter de representação da sociedade civil. Propôs a elaboração, no âmbito desta CTIL, de proposta de cronograma para continuidade dos trabalhos para os exercícios fiscais posteriores. Fez crítica à não inclusão de ações visando o fortalecimento institucional dos consórcios, solicitando sua inclusão nos PPAs seguintes. Destacou também a desigualdade regional na distribuição das ações. Propôs que o contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança deveria ser declarado como indevido através de deliberação do CNRH. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) falou que o não contingenciamento dos recursos da fonte 116, neste exercício de 2004, foi fruto de esforços no âmbito do CNRH. Indicou que, na busca de novas vitórias, o trunfo do não pagamento deveria ser considerado pelos setores usuários. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) disse que a cobrança não deveria ser entendida como mais um imposto. Declarou que o segmento dos comitês se coloca a favor do retorno dos recursos provenientes do setor hidrelétrico para a bacia de origem. Questionou se os 7,5% destinados ao custeio do SINGREH estariam também sujeitos ao contingenciamento. O Sr. Valdemar Guimarães (ANA) prestou esclarecimentos relacionados à Rede Básica Hidrometeorológica Nacional. Disse que a liberação dos recursos para sua manutenção foi iniciada somente no mês de maio, sendo importante envidar esforços no sentido de se alcançar uma melhor regularidade da distribuição. O Sr. Valter Otaviano (AGU/MMA) ponderou que o SINGREH engloba tanto os rios de domínio da União quanto os de domínio dos Estados. Dessa forma, destacou a importância dos órgãos gestores estaduais também apresentarem aos respectivos CERHs as prioridades de aplicação para os recursos da cobrança, nos moldes realizados pela ANA. Enfatizou o caráter nacional da política de recursos hídricos, assim como do SINGREH. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) esclareceu que a cobrança em rios de domínio estadual somente está implementada no Ceará e, dessa forma, não caberia tratar tal assunto no âmbito dos CERHs. A Sra. Adriana Ramos (CERH-MG) ratificou esse posicionamento. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs que a CTIL se ocupasse, em momento posterior, da incorporação da proposta trazida pelo Sr. Valter Otaviano (AGU/MMA). O Sr. Maurício Andrés (ANA) leu o item 5 do Ofício ANA 207/DP (**Anexo V**) e ratificou a proposta trazida de encaminhamento, aos governadores, de solicitação de prestação de contas sobre a aplicação no setor de recursos hídricos dos recursos provenientes da compensação financeira. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) afirmou que a aplicação dos recursos acima mencionados não é definida para a área de recursos hídricos, dificultando a prestação de contas pretendida. Propôs que fosse elaborada proposta de moção recomendando aos CERHs que tomassem tal atitude. O Sr. Ademar Veiga (ANA), em concordância com o exposto pelo Sr. Valter Otaviano (AGU/ANA), disse que o CNRH deveria se preocupar em firmar seu caráter nacional, no estabelecimento de diretrizes políticas para a implementação do SINGREH. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL) destacou que o CNRH também tem o caráter específico de estabelecer diretrizes visando os rios de domínio da União. A Sra. Anna Flavia Franco (ANA) solicitou o retorno dos debates para o foco principal: o estabelecimento das prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança. Em resposta ao Sr. Carlos

Eduardo Alencastre (Comitês), disse que a SOF/MPO, em nota técnica, havia considerado os 7,5% destinados ao custeio do SINGREH não sujeitos ao contingenciamento. Neste momento, às 12h50, foi proposta pausa para almoço. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu que se iniciasse o período da tarde com debates sobre o texto da proposta de resolução, com base nas prioridades já destacadas no quadro anexo. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) sugeriu também a elaboração de uma proposta de moção dirigida aos Estados, contendo recomendação para a aplicação dos recursos da compensação financeira em recursos hídricos, dentre outros assuntos relacionados ao orçamento, trazidos à tona no decorrer dos debates. O retorno ocorreu às 15h00. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) citou a minuta de proposta de resolução elaborada no âmbito da Secretaria Executiva no exíguo espaço de tempo entre esta e a última reunião da CTIL; observou que muito do comentado no período da manhã estava incluso nessa proposta. Após debates, ficou acertada a discussão inicial da priorização da aplicação dos recursos. A Sra. Anna Flavia Franco (ANA) leu proposta de priorização (**Anexo VI**). O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) se mostrou favorável, numa primeira análise, à proposta apresentada. Ressaltou a necessidade de compatibilização com as propostas apresentadas pelos comitês. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) também se mostrou favorável. Sugeriu que as ações propostas fossem relacionadas às contidas no PPA 2004/2007, inclusive com a discriminação da codificação ali adotada. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) questionou se o ordenamento apresentado definia alguma forma de hierarquia. Sugeriu ainda que os recursos das fontes 116 e 134 fossem tratados em artigos distintos na proposta de resolução, quando seriam definidas as necessidades básicas da ANA e as prioridades encaminhadas pelos comitês, quando existentes, deixando explícito o retorno dos recursos para a bacia de origem. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) observou que os consórcios têm funções distintas das de um comitê, não estando atendidos na ação de fomento à criação de comitês. Solicitou debate futuro sobre a questão de apoio aos consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas. O tema deverá ser pautado para debate na CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) evidenciou o caráter deliberativo dos comitês, destacando os consórcios como entidades que contribuem para a implementação do SINGREH, não fazendo parte do seu organograma. Portanto, concluiu, não caberia tratamento igualitário. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) destacou as duas tarefas ainda não concluídas: definição das prioridades e elaboração de uma minuta de proposta de resolução mais consistente. Propôs a divisão dos presentes em dois grupos para a consecução dos trabalhos. Com a aceitação de todos, foi destacado um grupo formado pela Sra. Patrícia Boson (Indústria), Sra. Anna Flavia Franco (ANA), Sr. Ednaldo Mesquita (SRH/MMA), Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) e Sr. Pedro Pociotti (ANA), que se reuniu em sala anexa ao local da reunião. Esta ata segue se referindo à reunião ocorrida no auditório principal. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) solicitou registro da existência de aproximadamente cem comitês de bacia no País, sendo apenas sete em bacias cujos rios principais sejam de domínio da União. Como até o presente momento os debates haviam se detido sobre esses últimos, observou que os demais também têm necessidade de recursos para a implantação das suas ações. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), procurando encaminhar os debates, propôs que fossem elencadas as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança, devidamente relacionadas com as ações do PPA 2004/2007, observando-se o limite superior de recursos nele estabelecidos. Ficou definido que, para continuidade dos trabalhos no segundo dia de reunião, serão debatidas e consolidadas as propostas trazidas pelos dois grupos formados. E também, que para o próximo exercício fiscal, a definição das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança será debatida com maior antecedência, inclusive com a proposição de formatação para envio das informações pela ANA e comitês. Na parte final desse primeiro dia de reunião foi debatida a proposta de inserção, apresentada pela Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL) de artigo tratando da solicitação de envio ao CNRH, pelos CERHs, das prioridades referentes à aplicação dos recursos provenientes das UHEs em rios de domínio dos Estados, encaminhadas pelos respectivos comitês de bacia de mesmo domínio. A proposta não foi aceita. O assunto será pauta da próxima reunião da CTIL e o Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) se comprometeu a encaminhar minuta de documento para início dos debates. Os trabalhos foram então encerrados às 19h20.

DATA: 23/06/2004

Início: 9h25

Término: 14h10

O segundo dia da 63ª reunião da CTIL foi aberto pelo Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) às nove horas e vinte cinco minutos, iniciando-se pela leitura, ponto a ponto, da proposta de resolução (**Anexo VII**) fruto dos trabalhos realizados no dia anterior. Em seguida, passou-se

ao debate. Foi discutida a inclusão do seguinte considerando, referente ao assunto tratado no final do dia anterior: "Considerando que os recursos arrecadados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos do setor hidrelétrico, em conformidade com o § 2º, art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, abrange também empreendimentos em rios de domínio dos Estados". A proposta não foi aceita uma vez que, conforme definido no dia anterior, o tema trazido pelo artigo havia sido encaminhado para debate em momento posterior. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou da importância de artigo específico na resolução estabelecendo procedimentos para a continuidade do processo de atendimento ao § 4º, art. 21, da Lei nº 9.984, de 2000, trazendo, inclusive, uma agenda com prazos mais flexíveis. Ressaltou a importância da previsão de penalidades para os comitês que porventura não encaminharem resposta à solicitação trazida no art. 2º da Resolução CNRH nº 35, de 2003. Partiu-se, em seguida, para o debate dos artigos propostos, cuja redação final ficou conforme **Anexo VIII**. Ainda durante os debates, foram também motivo de discussão as prioridades de aplicação dos recursos, propriamente ditas. Foi ressaltado que a priorização proposta não implica em prevalência entre as ações elencadas. E também, que as demais ações referentes à ANA, trazidas no PPA 2004/2007, não deveriam ser excluídas do quadro, uma vez que a priorização implicaria em direcionamento de recursos e esforços para a consecução das ações ali definidas. A Sra. Anna Flavia Franco (ANA) solicitou registro em ata que a ANA se absteve de polemizar sobre as ações priorizadas, mas que, entretanto, havia concordado com a metodologia adotada. Ao final, a proposta de resolução ficou definida conforme **Anexo VIII** e solicitada sua distribuição pela Secretaria Executiva, por e-mail, aos presentes e membros da Câmara, para o recebimento de sugestões de aprimoramento final. Em seguida, foi distribuída a minuta de proposta de moção (**Anexo IX**), elaborada conforme demanda apresentada no dia anterior. A proposta foi considerada aprovada e solicitado seu encaminhamento, através de requerimento de urgência, para deliberação superior da Plenária do CNRH em sua XI Reunião Ordinária. Devido à exiguidade do tempo, visando também um aprimoramento do texto apresentado, foi solicitado à Secretaria Executiva que providenciasse sua distribuição por e-mail aos presentes e membros da Câmara, com prazo até o dia 29 de junho para recebimento de sugestões. Em seguida, uma vez cumprida a pauta prevista, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, agradeceu o empenho e a presença de todos e, às 14h10, encerrou os trabalhos desta 63ª reunião da CTIL.

RESUMO DA REUNIÃO:

- foi elaborada a proposta de resolução trazendo a definição das prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos ao setor hidrelétrico, item 2.3 da pauta da XI Reunião Ordinária do CNRH;
- em decorrência dos debates ocorridos durante a reunião, foi elaborada proposta de moção a ser encaminhada, em regime de urgência, para deliberação superior da Plenária do CNRH em sua XI Reunião Ordinária.

Ata aprovada em 27 de julho de 2004, durante a 64ª reunião da CTIL.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator